

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

AGORA SOMOS TODOS RESPONSÁVEIS: O BALANÇO SOCIAL COMO PRÁTICA CALCULATIVA

Diego Gonzales Chevarria¹

RESUMO

Este ensaio busca discutir de forma crítica o Balanço Social, uma das práticas que tem se difundido em nossa sociedade à luz da concepção de Desenvolvimento Sustentável. O Balanço Social resulta em uma tentativa de representação numérica e enunciação do quão socialmente responsável é uma empresa, e faz parte do conjunto de práticas associadas a Responsabilidade Social Empresarial, tema este que é central nas discussões contemporâneas sobre a relação entre empresa e sociedade. Abordamos esta prática a partir da literatura crítica à concepção de desenvolvimento que vem recentemente se consolidado internacionalmente. Defende-se que o Balanço Social, enquanto fato social, pode ser compreendido como uma prática calculativa, que busca a quantificação dos fenômenos sociais. Discute-se que a disseminação do Balanço Social resulta em um processo de uma padronização internacional do entendimento do que são práticas tidas como sociais e sustentáveis. Constituem-se assim em uma governamentalidade, prática construída como processo de gestão da sociedade, e que carrega em si uma determinada mentalidade. Ao constituírem-se em prática calculativa, privatizam responsabilidades que antes eram do estado, e criam conhecimento, na medida em que definem o que a sociedade deve efetivamente ter por responsável.

Palavras chave: Responsabilidade Social Empresarial; Balanço Social; Práticas Calculativas; Governamentalidade; Desenvolvimentalidade.

¹ diego.chevarria@feevale.br

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

1. Introdução

Vivemos um momento de transições. O modelo de economia de mercado neoliberal que se disseminou pelo mundo nas últimas décadas mostrou-se incapaz de impedir a crise econômica de 2008. Esta crise, que teve origem e desenvolveu-se principalmente nas economias centrais, tem levado inclusive a derrocada na Europa do estado de bem estar social, construído ao longo da segunda metade do século XX. Na mesma medida, a proposição de um processo de desenvolvimento formalmente planejado, que nas últimas décadas norteou a política dos países periféricos, entre eles o Brasil, não resultou no esperado crescimento na qualidade de vida das populações destes países.

Apesar destes fracassos, não se consolidou ainda um novo modelo que possa efetivamente se constituir em uma alternativa às perspectivas da economia neoliberal e do desenvolvimentismo – o que tem sido observado são novas formas de empreender estas mesmas ideias. Desta dinâmica surge o dito desenvolvimento sustentável, definindo-se este como uma forma de fazer econômico que se pretende mais justo, plural e equânime, na mesma medida em que busca respeitar o meio ambiente.

Esta concepção do fazer econômico quer apresentar-se como uma evolução em termos da forma como se organiza a sociedade. Mas em si esta perspectiva pode ser criticada, na medida em que não se constitui em um efetivo questionamento aos pressupostos centrais da concepção neoliberal contemporânea da economia, mas antes em ferramenta de reprodução e manutenção do *status quo*.

O presente ensaio busca assim discutir de forma crítica as práticas que têm se difundido em nossa sociedade à luz da ideia de desenvolvimento sustentável. Para tal, analisamos de forma mais ampla o dito Balanço Social, prática que se situa no campo do que tem sido definido por Responsabilidade Social Empresarial, tema que é central nas discussões contemporâneas sobre a relação entre empresa e sociedade.

Esta prática, que se entende desde já exemplar da crítica que se pretende construir, é aqui abordada a partir da literatura crítica à concepção de desenvolvimento que recentemente vem se consolidado internacionalmente. Defende-se portanto que o balanço social, na medida em que apresenta-se como uma tentativa de representação numérica e enunciação do quão socialmente responsável é uma empresa, constitui-se em prática calculativa, que visa quantificar e objetivar os fenômenos sociais. E, como tal, entende-se esta como uma governamentalidade, tecnologia de governança socialmente construída.

Estes são realidades que têm surgido a partir dos centros, e ocupam os demais espaços do mundo globalizado, criando realidades e conhecimento. Defende-se portanto como tese deste ensaio que a de disseminação da ideia de Responsabilidade Social Empresarial resulta de um discurso construído internacionalmente, e resulta em um entre vários movimentos que tem como fim a possibilidade de organizar internacionalmente a ordem social, bem como privatizar as responsabilidades e problemas da sociedade.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

O ensaio foi desenvolvido com base na revisão de literatura correlata, bem como a também consulta a balanços sociais publicados por empresas nacionais, e esta constituído por oito seções que abordam o tema proposto a partir de perspectivas complementares entre si. Após esta breve introdução, tratamos do desenvolvimento atual do conceito de responsabilidade social empresarial, e, em seção seguinte, discute-se a difusão da ideia de Balanço Social. Analisa-se a seguir o Balanço Social como prática globalizante, e como prática calculativa. Na sexta seção, observa-se o Balanço Social como ferramenta de construção de responsabilidades, e discute-se em seguida a construção de conhecimento que resulta da sua difusão. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais sobre a questão.

2. Do Desenvolvimento Sustentável à Responsabilidade Social Empresarial

O desenvolvimento tem sido um imperativo recente em nossa sociedade. Desenvolvimento não se resumiria simplesmente à crescimento econômico, e, em que seja um conceito de definição controversa, entende-se que a concepção de desenvolvimento estaria sempre relacionado à melhoria da qualidade de vida da população. Em oposição a esta visão positiva, diversos pesquisadores tem explorado contemporaneamente a compreensão do desenvolvimento como uma relação de poder e conhecimento. Estes estudos, como em Ferguson (1990) e Ilcan e Phillips (2010), se focam principalmente nas formas discursivas pelas quais o desenvolvimento mantém o *status quo*, resultando numa forma de controle sobre as nações em desenvolvimento.

Nesta visão, o desenvolvimento se constitui também em um processo de mudança social, racional e planejado, solidificado em uma série de iniciativas e programas destinados a promove-lo (ILCAN, PHILIPS, 2008). Tal concepção se apóia também em um grupo de tecnologias sociais, notadamente por meio da instituição de uma estrutura dedicada a sua implementação e gestão. Esta visão de desenvolvimento tem sido central como forma de organização do processo político entre os diferentes atores sociais nacionais.

Este desenvolvimento, enquanto ideia e processo, acaba por ser atingido pelos discursos em movimento na sociedade. Contemporaneamente, o desenvolvimento dito sustentável passou a ser apresentado como o modelo desejado pela sociedade. Este desenvolvimento sustentável é definido como um processo que tem por objetivo atender as necessidades atuais da sociedade, mas que não implicaria no comprometimento das possibilidades de gerações futuras em atender as suas necessidades. Parte assim de uma idéia de equidade e equilíbrio, inter e intrageracional.

Observa-se assim contemporaneamente a dispersão internacional de um discurso que afirma que as empresas, dada a extensão do impacto de suas atividades, devem buscar resultados positivos e verificáveis não apenas na dimensão econômica, mas também no âmbito ambiental e social (KREITLON, 2004). A ideia de resultados gerenciáveis nestas três dimensões está sedimentada no conhecido conceito do *triple bottom line*, como proposto por Elkington (1998).

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Como resultado deste discurso, uma dos movimentos observados está na atual concepção de Responsabilidade Social Empresarial (RSE). A RSE é definida pelo Banco Mundial (2002) como um compromisso empresarial de buscar o desenvolvimento sustentável, atuando em respeito a empregados, comunidade local e sociedade em geral. Como discurso, a concepção de desenvolvimento sustentável e de RSE é ainda muito fragmentada (VEIGA, 2009). De um lado observa-se um discurso radical, que defende a necessidade de uma economia de crescimento negativo.

Opõe-se a este discurso de pensadores que entendem que a discussão atual sobre sustentabilidade nada mais é do que o antigo debate sobre as externalidades da atividade econômica (SIQUEIRA, SILVA FERNANDES, 2001). É famosa a posição de Friedman (2007), que afirma que:

“A responsabilidade social da empresa consiste em aumentar seus próprios lucros (...) Eis portanto a questão que devemos nos colocar: será que os administradores - desde que permaneçam dentro da lei - possuem outras responsabilidades no exercício de suas funções além daquela que é aumentar o capital dos acionistas? Minha resposta é não, eles não têm.”

Quazi e O'Brien (2000) definem esta concepção expressa por Friedman de que a função-objetivo da empresa está na maximização do valor para o acionista como de “responsabilidade estrita”. Mas, ao lado destas concepções mais radicais, observa-se a construção de um grupo de discursos que compreendem ser possível à sociedade construir soluções para a redução dos impactos negativos da atividade empresarial. É nesta perspectiva que se encontra o desenvolvimento atual da concepção de RSE.

Usualmente a Responsabilidade Social Empresarial é confundida com investimentos efetuados pela empresa em projetos e ações ditas sociais, normalmente investimentos realizados a título voluntário. Este processo se manifesta hoje através de diferentes formas, seja através de ações sociais de caráter assistencialista, seja em uma gestão atenta ao relacionamento e interesse das diferentes partes interessadas (KREITLON, 2004). Mas, conceitualmente, a RSE deveria envolver muitas outras dimensões de conduta da empresa, tais como a ética e legal (OLIVEIRA, 2005).

Kreiton (2005) afirma que a partir da discussão sobre ética e responsabilidade empresarial estabeleceram-se três diferentes abordagens. A concepção da Ética Empresarial (*Business Ethics*) foi a primeira abordagem a se firmar, e adotava uma visão eminentemente normativa, centrada nos julgamentos éticos e morais presentes na atuação empresarial. Para esta escola, as empresas estariam sujeitas as mesmas regras morais que os indivíduos.

A abordagem de Mercado e Sociedade (*Business & Society*) por sua vez adota uma perspectiva contratual e sociopolítica no tratamento as relações entre empresa e sociedade. Aqui, considera-se que a empresa está inserida em um contexto social, e sua legitimidade resulta de servir a sociedade. É a partir desta que surge a concepção de que a empresa, como ator social e econômico, deve considerar as demandas de todas as ditas “partes interessadas”, e não apenas as demandas dos acionistas - a concepção dos *stakeholders* conforme apresentada por Friedman (2007).

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Já a abordagem da Gestão de Questões Sociais (*Social Issues Management*) é de natureza instrumental e utilitária, tendo como foco ferramentas de gestão das questões sociais com fim último a atuação empresarial em si. Acima de tudo, para esta abordagem “a ética é um bom negócio”.

O surgimento da ideia de Responsabilidade Social Empresarial resulta do atual contexto de exclusão social que o modelo de produção neoliberal provocou – principalmente por conta do desmonte do estado de bem estar (ARAUJO, 2006). Deve se fazer nota que é neste momento de plena expansão do modelo de capitalismo financeiro e neoliberal que surge a discussão sobre responsabilidade social das empresas (como dito em AKTOUF, 2004, e também discutido em KREITON, 2012).

O discurso sobre Responsabilidade Social Empresarial constitui-se assim em um campo de embate político, onde projetos e concepções divergentes tem sido apresentados e defendidos (KREITON, 2012). Em que pese este embate, a RSE encontra-se hoje em pleno processo de institucionalização, principalmente por conta da sua difusão na sociedade, e o que se pode afirmar é que a RSE envolve uma forma nova de compreender os problemas sociais e suas possibilidades de solução (O’MALLEY, 2004).

3. A Difusão da Ideia de Balanço Social

Uma das principais formas contemporâneas de expressão da RSE está na divulgação pelas corporações dos chamados Balanços Sociais. O balanço social pode ser compreendido como uma ferramenta de apresentação de informações que explicita as características da relação entre organização e sociedade (SIQUEIRA, SILVA FERNANDES, 2001). O Balanço Social é também conhecido como Relatório de Sustentabilidade Empresarial, Balanço Social Corporativo, Relatório Social e Relatório Social-Ambiental (OLIVEIRA, 2005)

A difusão da concepção da necessidade de uma instrumento tal como o balanço social está fundado no entendimento de que a empresa deveria reconhecer o impacto que causam suas atividades sobre a sociedade na qual está inserida. E este reconhecimento de impactos deveria possibilitar um diálogo permanente da empresa com as diferentes partes interessadas, tais como sindicatos, empregados e seus familiares, comunidades afetadas pela empresa, mídia e organizações não-governamentais (ONGs).

Em si, a sociedade contemporânea tem tido grande interesse em conhecer a forma de operação das empresas. Como ferramenta de medição, o balanço social deveria ser um instrumento não tendencioso, que mensure o impacto social da atuação de uma organização, devendo apresentar tanto os efeitos positivos quanto os negativos desta atuação. O balanço social, em tese, tem por fim expor a empresa, de forma que se torne mais fácil a sociedade controlá-la; diferentes grupos dedicam-se hoje ao constante monitoramento das atividades empresariais.

No Brasil, a ideia da publicação do balanço social origina-se principalmente na iniciativa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que na década de 1980 desenvolveu e apresentou à comunidade empresarial nacional um modelo de balanço

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

social. Atualmente, diferentes atores sociais incentivam e trabalham para a divulgação de informações sócio-ambientais pelas empresas, tal como o Instituto Ethos.

A concepção de balanço social está em oposição ao chamado balanço corporativo, grupo de informações financeiras e contábeis de apresentação obrigatória que tem como objetivo informar aos acionistas das condições de operação da empresa. A publicação do balanço social no Brasil é um ato voluntário, não sendo regulamentada (SIQUEIRA, SILVA FERNANDES, 2001; SIQUEIRA, VIDAL, 2003) – embora em alguns países, tais como França, existam regulações formais sobre a publicação de balanços sociais (FREIRE, REBOUÇAS, 2001).

Castells (2010) entende a sociedade moderna como uma sociedade em rede, resultado da interligação global por meio da comunicação. Diversos movimentos observados hoje na dimensão local derivam de processos e tendências globais, resultado da dispersão de determinadas práticas sociais sobre diferentes espacialidades (MCFARLANE, 2005). Esta realidade pode ser observada na adoção de práticas de RSE, notadamente na atual tendência de publicação de balanços sociais. A publicação de balanços sociais pelas empresas é uma prática que tem se difundido nos últimos anos, tornado-se bastante presente no mundo atual (ADAMS et al., 1998), como também no Brasil (SIQUEIRA, VIDAL, 2003).

4. O Balanço Social como Prática Globalizante

O atual modelo de governança e construção da ordem global resulta num processo de interação e interdependência entre os diferentes atores; e este processo dissemina determinadas práticas sociais, enquanto torna outras redundantes, ou mesmo indesejáveis. A adoção de um relatório de responsabilidade social é uma das práticas que vem sendo disseminadas internacionalmente neste momento.

E essa difusão da ideia do balanço social tem levado, entre outras coisas, a uma padronização internacional – no sentido de ou até uma “normalização” - do entendimento do que são práticas tidas como sociais e sustentáveis. Constitui-se assim em um sistema de pressões que o ambiente global exerce sobre atores econômicos locais, para que adotem as práticas tidas como consagradas internacionalmente (tal como discutido em SHEPERD, 2004).

Este processo não apenas resulta no abandono de oportunidades específicas, mas principalmente tem feito com que as práticas adotadas por vezes não tenham relação com as demandas locais (MCFARLANE, 2005). O próprio conceito de “neutralização do carbono” presente amplamente no balanço social de diversas empresas nacionais, tais como no caso da Natura (NATURA, 2013), simplesmente não faz sentido na realidade brasileira – a produção de energia elétrica local, principal insumo apresentado pela Natura e outros como tendo custo em termos de “carbono”, é uma produção de base hidroelétrica, e que não resulta em emissões.

Na medida em que dimensão da espacialidade resulta da interação entre o local e o global, observa-se que a discussão sobre a responsabilidade social corporativa, embora questão que permeia a sociedade internacional como um todo, torna-se muito mais relevante

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

no mundo dito como em desenvolvimento. Tal é porque nestes países a oposição entre um setor produtivo dinâmico e lucrativo, e a parcela significativa da população que sofre com restrições ao seu bem estar é muito mais presente. São lugares onde as corporações são ricas, e a população, pobre. Neste, a responsabilidade da empresa frente a sociedade, especialmente por este estado de coisas, só pode se fazer aumentada.

Mas questiona-se, antes de mais nada, se é realmente possível mensurar o quão responsável, o quão sustentável é uma empresa. Diversos pesquisadores e profissionais tem encontrado dificuldades em compreenderem os balanços sociais que tem sido publicados pelas empresas, dada a característica da informação expressa. Relatam principalmente a falta de padronização dos documentos, além da quantidade de informação que é apresentada. Observa-se portanto que não é claro ao meio empresarial o que efetivamente é uma ação de interesse social (SIQUEIRA, SILVA FERNANDES, 2001).

E questiona-se também o viés apresentado nestes documentos. O balanço social, como ferramenta de medição, deveria ser um instrumento de comunicação não tendencioso, que mensure o impacto social da atuação de uma organização, tanto positivos quanto negativos (SIQUEIRA, SILVA FERNANDES, 2001). O valor de um balanço social estaria em apresentar o como se constituem as relações da empresa com as comunidades as quais interage, interna e externamente. Estaria também em evidenciar o quão redistributiva de riqueza é a sua atividade econômica, e a forma como a empresa se relaciona com o meio ambiente.

Pesquisadores, no entanto, têm apontado para desvios na apresentação destas informações (SIQUEIRA, VIDAL, 2003). Questões que podem ser consideradas como positivas tendem a ser destacadas, e os impactos e demais fatores negativos tendem a ser omitidos, ou minimizados. Os balanços sociais tem apresentado um viés positivo, constituindo-se antes em um instrumento para apresentação das “boas ações” da empresa – este tem sido o mote central de empresas tais como a mineradora Vale, antiga Vale do Rio Doce, (VALE, 2014), e a petrolífera nacional, a Petrobras (2012).

Em diferentes balanços inclusive aspectos negativos são apresentados sob um viés positivo (SIQUEIRA, SILVA FERNANDES, 2001). A Petrobrás apresenta o seu impacto ambiental como a busca por um novo padrão de excelência – ponderando que, sob algumas das métricas apresentadas, apresentam melhora; da mesma forma a Vale age. O balanço social se constitui em um espaço de enunciação, onde a empresa se proclama responsável e sustentável, e portanto acima de tudo interessada no desenvolvimento da sociedade.

Este fato resulta de uma compreensão do meio empresarial do balanço social como, principalmente, instrumento de marketing – assim como, de resto a RSE tem sido compreendida também. É uma percepção de que a apresentação da empresa como um ente que valoriza o homem, a diversidade, a cultura, e meio ambiente pode se constituir em um diferencial mercadológico (MACHADO, 2002), pode criar valor e impulsionar o consumo. A responsabilidade social tem sido considerada assim como uma maneira de transformar as consequências sociais da atividade empresarial em oportunidade de negócios (ARAUJO, 2006) – algo como “fazer o bem e ganhar dinheiro com isso”.

O interessante é que, em si, esta realidade é constitui-se em um desvio ético da finalidade do balanço social. Trata-se de uma distorção do conceito que justifica a existência do próprio instrumento. Afirmar que um ato ético tem também interesse econômico, contribui

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

para o crescimento dos resultados financeiros da empresa, não faz sentido (KREITLON, 2012), e é um si uma contradição. Reafirmam assim a primazia da finalidade econômica da firma.

5. O Balanço Social como Prática Calculativa

Internacionalmente, indicadores quantitativos tem sido cada vez mais adotados como forma de expressar as condições de vida da sociedade. O uso de indicadores tem origem na busca da medição do desempenho da economia, migrando agora para diversas outras áreas da sociedade. Dá-se ênfase na adoção de parâmetros quantificáveis, contabilizáveis, em substituição a uma avaliação qualitativa da realidade.

Observamos atualmente indicadores que tratam de desenvolvimento, liberdade, educação, saúde, violência, competitividade, além dos já usuais indicadores econômicos, dentre outros (MERRY, 2011). A atual tendência de adoção de indicadores para representar a sociedade, e os procedimentos de medição que os sustentam, são definidos por Ilcan e Phillips (2010) como práticas calculativas. Este processo é parte de uma tendência contemporânea a hiper-racionalização da vida social (KREITLON, 2012), e para Ritzer (1996), esta busca pela calculabilidade tem moldado em parte o mundo atual, processo que denomina de Macdonadização da vida social.

Existe assim uma demanda crescente para que os resultados da sociedade civil sejam quantificados e medidos. Esta tendência de representação numérica dos fenômenos sociais por meio de indicadores tem diversas consequências. Uma destas é que indicadores é que convertem fenômenos sociais que são complexos e dependentes do contexto, em medidas claras, objetivas e impessoais (MERRY, 2011).

O processo de adoção de indicadores para medição dos fatos sociais implica em que diversas técnicas de contabilidade e medição de desempenho comuns no meio corporativo têm sido expandidas para novos domínios da nossa vida. Indica a disseminação da cultura empresarial na sociedade, principalmente como forma de compreender e pensar os fenômenos sociais.

As práticas calculativas são assim uma forma de racionalidade que tem se constituído em uma tecnologia de governança (ROSE, 1999; ILCAN, 2006, 2008), atuando sobre as diferentes esferas de ação dos atores sociais. Resultam de uma mudança na forma da construção da realidade social, da ênfase para o contexto local, para uma dinâmica que se move a partir da influência internacional. Estas tecnologias tem produzido novas dimensões na vida social, e a RSE é uma delas (ILCAN, 2006).

Como tecnologia de governança, as práticas calculativas estão expressas principalmente nos diferentes programas, metodologias, ferramentas, esquemas e técnicas que tem por fim alavancar o desempenho nestes indicadores dos governados. Este modelo de governança tem sido responsável por estruturar a ordem social, na medida em que promovem práticas a nível global (como discutido em SHEPERD, 2004; e FERGUSON et al., 2002), e acabam por modelar o comportamento dos agentes sociais em uma determinada forma.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Indicadores constituem-se também em uma tecnologia de governança na medida em são amplamente adotados como suporte a decisões. O julgamento que tem como princípio debate político e social é substituído por decisões ditas como técnicas e racionais, resultando assim em uma nova forma de balanço de poder entre governo e sociedade civil (MERRY, 2011).

Assim, para Ilcan e Phillips (2010) as práticas calculativas acabam por se constituírem em uma forma de governamentalidade. Uma das questões que surgem da idéia de governamentalidade está na forma o poder tem sido exercido através de práticas sociais tidas como de rotina (ILCAN, PHILIPS, 2008). Mas, mais do que uma governamentalidade, Ilcan e Phillips (2010) afirmam que a adoção das práticas calculativas tem se constituído em uma desenvolvimentalidade, grupo de tecnologias e discursos governamentais que possibilitam conduzir o ambiente econômico e social no campo do desenvolvimento. E desenvolvimentalidade enquanto compreensão do desenvolvimento como uma forma de mentalidade - ou ainda, de racionalidade.

O conceito de desenvolvimentalidade está diretamente relacionado a ideia da construção do bem estar social através do planejamento formal. Manifesta-se por meio das metas e das metas e objetivos que são formalmente apresentados como parte do processo de gestão do desenvolvimento. Por meio de práticas calculativas, novas agendas do desenvolvimento tem sido promovidas, sendo a RSE uma destas.

A ideia de desenvolvimento é algo que cuja crítica é difícil, e da mesma forma a sustentabilidade. Quem se opõe a uma concepção de desenvolvimento sustentável? O problema está principalmente na forma como estas ideias, em si positivas, acabam construindo a realidade. A própria concepção de boa governança está apoiada em práticas que legitimam uma determinada agenda política.

Mas, na realidade, movimentos tais como a RSE raramente produzem a efetiva redução da pobreza ou das desigualdades sociais. Resultam sim em uma forma de pensar a divisão entre estado e sociedade, e entre público e privado. (ILCAN 2009). E cada vez mais estão sendo adotadas soluções privadas como forma de tratar questões que eram tidas como de responsabilidade do estado.

Ilcan e Phillips (2010) entendem também que a adoção de práticas calculativas é em parte resultado da disseminação da racionalidade neoliberal em nossa sociedade. O modelo neoliberal normalmente é entendido como um grupo de políticas programáticas que tem como base a concepção da economia e do mercado como organizadores da sociedade.

No projeto neoliberal, a manutenção da estabilidade, monetária, econômica, legal e social, é a meta que deve ser perseguida pelo governo. O estado passa assim a ter como foco a manutenção da segurança, em detrimento da oferta de serviços públicos (ILCAN 2009); como consequência, pressupõe-se a manutenção de um estado mínimo. Surge a necessidade da dita disciplina orçamentária, com consequente restrição de gastos com a proteção e o bem-estar social (ARAUJO, 2006). O modelo neoliberal tende, portanto, a submeter o social ao econômico, o que se explicita na crise e desmonte recente na Europa do chamado estado de bem-estar (SPOSATI, 1999).

Um dos pressupostos presentes no modelo neoliberal é o de que a qualidade de vida da população está relacionada a produtividade da economia – esta expressa usualmente no

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

conceito de produtividade marginal do capital. E é parte desta racionalidade a concepção de que as estruturas burocráticas estatais são intrinsecamente ineficientes. Assim, diversas responsabilidades que tradicionalmente estavam sob gestão da esfera público (KREITLON, 2012) devem ser transferidas para a iniciativa privada. A disseminação do modelo de estado neoliberal resultou em um amplo processo de privatização de serviços públicos.

Como um todo, esta dinâmica contribui para a legitimação e consolidação de um modelo de organização social neoliberal, que preconiza uma apropriação pela iniciativa privada de diversas questões de interesse público (KREITLON, 2012, ILCAN 2009). Os objetivos econômicos e sociais são assim geridos internacionalmente, e diferentes organizações supranacionais assumem espaços na construção da ordem que eram antes do estado (ILCAN, 2006). A RSE é uma movimento que se propõe à, em ultima instancia, privatizar o que antes era publico – no caso, a própria geração do bem estar social.

O modelo neoliberal incorpora um grupo de práticas relacionadas que tem por fim gerenciar a sociedade a partir desta racionalidade. A governança pelo estado é substituída por uma governança por meio de atores sociais autônomos, principalmente os atores econômicos (ILCAN, 2009). Esta racionalidade neoliberal resulta na concepção de que as ações e transformações sociais devam ser conduzidas por meio de instrumentos de mercado. É um racionalidade onde os problemas da sociedade podem ser resolvidos por meio da perspectiva dos negócios.

6. O Balanço Social como Ferramenta de Construção de Responsabilidades

Na medida em que estas práticas calculativas tornam os sujeitos controláveis, possibilitam também responsabilizá-los pela sua condição social (ILCAN, PHILLIPS, 2010). Os processos de medição, dado que tornam a vida social controlável e comparável, acabam por se constituir em uma ferramenta de transferência de responsabilidade aos indivíduos e atores sociais.

Diferentes pesquisadores apontam, assim, que está sendo observada uma mudança na forma como se pensam e operam as responsabilidades na sociedade (ILCAN 2009). É um modelo de governança que Ilcan (2009) denomina pelo conceito de privatização da responsabilidade, um processo que se é também resultado da racionalidade neoliberal. E esta capacidade de ser responsável está hoje sendo construída em termos internacionais.

Diversas mudanças indicam este processo de responsabilização. A privatização da responsabilidade não seria um processo homogêneo, ou mesmo planejado e estruturado. Para Ilcan (2009), resulta sim da interação entre vários elementos e tendências, e se reflete em diversas práticas sociais atuais. Tais ferramentas são o que Cruikshank (1993) chama de tecnologias de cidadania, técnicas de auto-organização que vem sendo adotadas por meio de diferentes iniciativas sociais. E este modelo de governança tem sido responsável por estruturar a ordem global. Por meio destas tecnologias, a mudança social é atingida através das subjetividades dos atores, e não contra elas (CRUIKSHANK, 1993, ILCAN, 2009). Hoje, todos devemos ser responsáveis.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Os grupos e indivíduos tem assim sido mobilizados a assumirem uma maior responsabilidade pela sua condição social. O pobre passa a ser responsável pela sua própria pobreza, e, conseqüentemente, por seu desenvolvimento (ILCAN 2006). Na mesma medida, a responsabilidade pelos impactos ambiental e social da atividade econômica passa a ser da empresa. O ente corporativo assume agora a responsabilidade pela redistribuição dos recursos da sociedade, passa a ser responsável pelo bem estar desta.

Espera-se assim que os atores sociais tomem decisões que venham a maximizar no futuro a sua qualidade de vida (MILLER, ROSE, 2008; ILCAN, 2009). As práticas calculativas acabam portanto constituindo-se em instrumento de mobilização das capacidades sociais dos diferentes atores em um rumo determinado. Observa-se assim um afastamento do conceito da cidadania como baseada em respeito coletivo aos direitos sociais, para uma cidadania baseada na responsabilidade, resultado deste modelo de estado que existe para gerenciar riscos (LENTZOS, ROSE, 2009).

Ilan (2009) alerta também que este processo tem sido acompanhado de um *etos da responsabilidade*, construção de conhecimento que resulta deste processo de transferência de responsabilidade aos diferentes grupos sociais. Este etos substitui uma visão de longo prazo dos processos de transformação social, por uma de curto prazo, centrada no individualismo e na competição. E acaba assim reduzindo a capacidade dos atores sociais de efetivamente construírem mudanças ao nível do publico e social.

Na medida em que é uma ferramenta de criação de responsabilidades, este processo resulta também em uma despolitização do fato social. As questões sociais e políticas passam a ser sejam tratadas de forma técnica, longe da discussão publica, como discutido em Fergusson (1990; também em ILCAN, 2009). Tal resulta em uma abordagem tecnicista e instrumental das dinâmicas envolvidas, sobretudo focadas em questões tais como produtividade, competitividade e motivação de trabalhadores, bem como a proteção ambiental.

Esta abordagem exclui da consideração, porém, as questões centrais de poder, conflito e exploração presentes na atividade empresarial. Assim, o conceito de RSE tem sido abordado como uma idéia despolitizada; mas, em si, e principalmente em uma sociedade em desenvolvimento e desigual como a nossa, representa uma gama de ações e posturas que tem como objetivo central gerenciar os conflitos inerentes às relações produtivas com os quais se deparam (KREITLON, 2004).

7. O Balanço Social como Gerador de Conhecimento

As práticas calculativas, como tecnologias de governança, constituem-se ainda em formas de conhecimento prático. Estas novas formas de ação social estão apoiadas em uma estrutura específica de conhecimentos (ILCAN, PHILIPS, 2008). No caso da sustentabilidade, responsabilidade social corporativa e balanço social, constituiu-se toda uma estrutura de sistemas teóricos e conceituais, bem como uma base de conhecimento prático, de forma a direcionar o como compreender e governar este objeto. Este conhecimento acaba sendo transferidos entre as diferentes localidades por meio de redes de conhecimento globais,

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

possibilitando a existência de tecnologias de governança presentes mesmo ao nível global (MCFARLANE, 2002).

E a literatura recente tem afirmado que as ferramentas operam estes processos não são ferramentas neutras. Longe disso, são mecanismos poderosos que acabam por conformar um determinado modelo de realidade econômica e social (MILLER, ROSE, 2008). A própria constituição do indicador carrega em si uma forte conotação ideológica. Indicadores, na medida em que anunciam o que se propõem a medir, definem as categorias de compreensão da realidade. Conceitos tais como pobreza ou competitividade, sustentável ou socialmente responsável não são evidentes por si, necessitam ser criados e propostos. Nominar e definir o que estas categorias representam é um processo de criação de conhecimento, e por fim da realidade (MERRY, 2011).

As categorias abordadas no balanço social variam no tempo e no espaço. Na década de 1970 os balanços sociais das empresas americanas apresentavam a condição de emprego de minorias. No Canadá, na mesma época, havia uma ênfase em questões de benefícios trabalhistas (LEWIS, UNERMAN, 1999). Os balanços sociais dos países europeus variam significativamente entre si (ADAMS et al., 1998), e com o das empresas norte-americanas e canadenses. Da mesma forma, há uma diferença significativa entre balanços sociais de empresas de países centrais e empresas brasileiras (FREIRE, REBOUÇAS, 2001).

Observando os balanços sociais de empresas nacionais - Vale, Petrobras e Natura - diversas categorias presentes que buscam representar o quão socialmente responsável é a empresa: contribuições totais à sociedade incluindo impostos e encargos sociais, investimentos em projetos sociais externos, investimentos em meio ambiente e participação dos empregados nos resultados da empresa. O Balanço Social não apenas se sustenta em um sistema de conhecimento, mas também cria conhecimento, na medida em que anuncia e define o que é ser responsável, o que é ser sustentável no momento atual.

Ilcan e Phillips (2008) afirmam que o desenvolvimentismo, enquanto entendido como processo, resulta na emergência de um amplo aparato para o seu gerenciamento, e que acaba por fim a gerenciar a própria dinâmica social. Da mesma forma tem acontecido com as dinâmicas resultado do conceito de Sustentabilidade. A indústria de produção, difusão e consumo da RSE tornou-se um negócio, envolvendo diversas organizações e atores sociais dedicados a ela. Apresenta-se hoje nas normas e certificações, empresas de consultoria, programas educacionais, congressos, eventos e premiações (KREITLON, 2004; SIQUEIRA, VIDAL, 2003). E, da mesma forma, a demanda pelo desenvolvimento de balanços sociais e relatórios de sustentabilidade cria a necessidade do trabalho de um aparato específico de especialistas, acadêmicos, consultores, técnicos, decisores, políticos e servidores públicos. É um aparato que hoje justifica-se por si.

8. Responsabilidade Social Corporativa como uma Desenvimentalidade: Considerações Finais

Este ensaio tratou de dinâmicas relacionadas ao que contemporaneamente tem-se denominado Responsabilidade Social Empresarial, notadamente a emergência da prática por parte das corporações da publicação de balanços sociais, que buscam caracterizar a relação

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

entre empresa e sociedade. Como crítica central, comenta-se que esta pode ser compreendida como uma prática calculativa, um fazer relacionado ao modo de produção neoliberal, e que centra-se na quantificação dos fenômenos sociais.

Acima de tudo, discutiu-se que esta prática tem em si a capacidade de criar diferentes novas realidades. Ao constituírem-se em prática calculativa, estas criam conhecimento, na medida em que vem a definir o fato social que se propõem a medir. Constituem-se em uma ferramenta ideológica, pois anunciam assim o que é ou não sustentável o que é ou não responsável.

Da mesma forma, poder ser compreendidas como governamentalidades, práticas constituídas como processo de gestão da vida social. Mais do que isso, constituem-se em nosso caso em desenvolvimentalidades, ferramentas para a gestão do desenvolvimento, agora um desenvolvimento sustentável – e na qual a ideia da construção de mentalidades está implícita.

Organiza as pessoas através de tecnologias que buscam atingir as suas subjetividades, inculcando a elas auto-responsabilidades. É portanto um processo de privatização das responsabilidades do estado, no qual o ente empresarial agora passa a ser responsável pela distribuição do bem-estar. E a este processo como um todo, construiu-se um aparato técnico e conceitual correlato, que dá suporte e movimenta ao processo de responsabilização expresso no Balanço Social.

Frente às críticas tecidas neste ensaio, a reflexão final que se torna possível, e mesmo necessária, é de se, dado o atual momento de crise e transição, o movimento em direção a RSE pode efetivamente trazer contribuições positivas a sociedade. Apesar dos alertas que trazemos a este ensaio, cremos ser possível compreender um processo de crescimento social a partir do movimento em prol de responsabilidade social empresarial. Isso porque este movimento como um todo parece também carregar a compreensão do poder, força e relevância contemporânea do ator social empresa, este um dos grandes organizadores modernos da vida social.

Apresenta-se uma compreensão de que uma maior responsabilização do ser empresarial é positiva, especialmente quando confrontada a situação onde esta não existe esta responsabilização. Em que pese todas as críticas possíveis e existentes à concepção do desenvolvimento sustentável, entendemos como possíveis modelos de produção que representem uma maior equidade social, bem como um menor impacto ao meio. Sendo este modelo possível, pode a sociedade buscar sua construção – e o controle pela sociedade da atuação da empresa pode ser uma das formas para tal.

Mas os alertas que apresentamos neste ensaio são necessários, dado que o discurso que se criou em torno da RSE, onde o balanço social é uma das principais ferramentas, pode confundir e desvirtuar. Principalmente por que, em uma visão por muito ingênua, têm apresentado as diferentes práticas ligadas a este movimento de responsabilização como sempre positivas, sempre desejáveis, como em si inócuas ou livres de ideologia. Estas operam por novos discursos e práticas de poder, e acabam, como Kreitlon (2012) afirma, por servir principalmente como ferramenta para que se evitem questionamentos de maior profundidade sobre a relação entre empresas e sociedade. Enfim, uma ferramenta de manutenção do "*business as usual*".

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

9. Referências

ADAMS, C. A.; HILL, W.-Y.; ROBERTS, C. B. Corporate social reporting practices in Western Europe: legitimating corporate behavior? **The British Accounting Review**, v. 30, n. 1, p. 1-21, 1998.

AKTOUF, O. **Pós-globalização, administração e racionalidade econômica**. São Paulo: Atlas, 2004.

ARAÚJO, M. R. M.. Exclusão social e responsabilidade social empresarial. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 2, p. 417-426, 2006.

BANCO MUNDIAL. **Public sector roles in strengthening corporate social responsibility: a baseline study**. Washington, 2002.

CASTELLS, M; GERHARDT, K. B. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CRUIKSHANK, B. Revolutions within: self-government and self-esteem. **Economy and Society**, v. 22, n. 3, p. 327-344, 1993.

DE OLIVEIRA, J. A. P. Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. **RAE-eletrônica**, v. 4, n. 1, 2005.

ELKINGTON, J. Partnerships from cannibals with forks: The triple bottom line of 21st - century business. **Environmental Quality Management**, v. 8, n. 1, p. 37-51, 1998.

FERGUSON, J. **The anti-politics machine**: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1990.

FERGUSON, J.; FABIAN, J.; GABLE, E. Of mimicry and membership: Africans and the “New World Society”. **Cultural Anthropology**, n. 17, v. 4, 2002.

FREIRE, F. S.; REBOUÇAS, T. R. S.. Uma descrição sucinta do balanço social francês, português, belga e brasileiro. In: **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, p. 15-31, 2001.

FRIEDMAN, M. **The social responsibility of business is to increase its profits**. Springer, 2007.

ILCAN, S. Global Governing Organizations Order-Building and Waste Management. **Current Sociology**, v. 54, n. 6, p. 851-872, 2006.

ILCAN, S. Privatizing responsibility: Public sector reform under neoliberal government.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Canadian Review of Sociology/Revue canadienne de sociologie, v. 46, n. 3, p. 207-234, 2009.

ILCAN, S.; PHILLIPS, L. Developmentalities and calculative practices: the Millenium Development Goals. **Antipode**, v. 42, n. 4, p. 844-874, 2010.

ILCAN, S; PHILLIPS, L. Governing through Global Networks Knowledge Mobilities and Participatory Development. **Current Sociology**, v. 56, n. 5, p. 711-734, 2008.

KREITLON, M P. A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial. **Anais do XXVIII Encontro anual da Anpad**, 2004.

KREITLON, M. P. McMoral, iPolítica, Cidadania Wireless: Reflexões para o Ensino e a Pesquisa em RSE no Brasil. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 271-289, Mar./Abr. 2012.

LENTZOS, F.; ROSE, N. Governing insecurity: contingency planning, protection, resilience. **Economy and Society**, v. 38, n. 2, p. 230-254, 2009.

LEWIS, L.; UNERMAN, J.. Ethical relativism: a reason for differences in corporate social reporting?. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 10, n. 4, p. 521-547, 1999.

MACHADO, C. A. P. **Responsabilidade Social Corporativa e a Criação de Valor para as Organizações: um estudo multicasos**. 2002. Tese de Doutorado., FEA-USP, São Paulo.

MCFARLANE, C. Transnational development networks: bringing development and postcolonial approaches into dialogue. **The Geographical Journal**, v. 172, n. 1, p. 35-49, 2006.

MERRY, S. E. Measuring the world: indicators, human rights, and global governance. **Current Anthropology**, 52 (suppl. 3): s83-s95. 2011

NATURA S.A. **Relatório Natura 2012**. Rio de Janeiro, 2013.

O'MALLEY, Pat. **Risk, uncertainty and government**. Psychology Press, 2004.

PETROLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS. **Relatório de Sustentabilidade 2013**. Rio de Janeiro, 2014.

QUAZI, A. M.; O'BRIEN, D. An empirical test of a cross-national model of corporate social responsibility. **Journal of Business Ethics**, v. 25, n. 1, p. 33-51, 2000.

RITZER, G. The McDonaldization of society: An investigation into the changing character of contemporary life. **Newbury Park**, 1996.

ROSE, N.; MILLER, P. **Governing the present: administering economic, social and**

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

personal life. Polity Press, 2008.

SHEPERD, C. Agricultural hybridity and the “pathology” of traditional ways: the translation of desire and need in postcolonial development. **Journal of Latin American Anthropology**, v. 9, n. 2, p.235-266, 2004.

SIQUEIRA, J. R. M.; SILVA FERNANDES, F. Balanços sociais no Brasil: uma análise crítica das práticas corporativas. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 14, n. 2, p. 18-31, 2011.

SIQUEIRA, J. R. M.; VIDAL, M. C. R.. Balanços sociais brasileiros: uma análise de seu estágio atual. 2003.

SPOSATI, A. **Exclusão social abaixo da linha do Equador.** Exposição apresentada no Seminário Exclusão Social, PUC/SP, 1999.

VALE S.A. **Relatório de Sustentabilidade 2013.** Rio de Janeiro, 2014.

VEIGA, J. E. **Mundo em transe:** do aquecimento global ao ecodesenvolvimento. Campinas: autores associados, 2009.